



**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E QUE
CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ E A ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8509351-
89.2019.8.06.0001).**

TCT Nº 13/2019

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, bairro Cambé, em Fortaleza, Ceará, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado **TJCE**, neste ato representado por seu Presidente DESEMBARGADOR WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, com interveniência das VARAS DE EXECUÇÕES PENAS DA COMARCA DE FORTALEZA, representadas pelos Juizes CÉZAR BELMINO BARBOSA EVANGELISTA JÚNIOR, LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA E LUIZ BESSA NETO, no uso de suas atribuições legais; e a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CNPJ (MF) sob nº. 06.750.525/0001-20, com sede e foro jurídico na cidade de Fortaleza – Ceará, na Av. Desembargador Moreira nº. 2807 – Dionísio Torres, doravante denominada **ALECE**, representada, neste ato, por seu Presidente, DEPUTADO JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA, no uso da competência prevista no Inciso XI do art. 24, da Resolução nº. 389, de 11 de dezembro de 1996 (Regimento Interno), com a interveniência do MOVIMENTO DAS MULHERES DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO CEARÁ, representado por sua presidente DEPUTADA MEIRE COSTA LIMA; resolvem, com fundamento no art. 116, da Lei Federal nº 8.666/1993 – Lei das Licitações e Contratos da Administração Pública – e suas alterações; c/c os arts. 10 e 11, e 22 a 25 da Lei Federal nº 7.210/1984 – Lei das Execuções Penais – resolvem firmar Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições abaixo indicadas:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente Termo de Cooperação tem como fundamento o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, que trata dos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública; arts. 10, 11, 22, 23, 24, e 25 da Lei Federal nº 7.210/84 (Lei de Execuções Penais), que dispõe sobre a assistência ao preso e egresso, mais precisamente a assistência social e orientação para a reintegração à vida em liberdade.



Cláusula Segunda – Do Objetivo

O presente Termo de Cooperação tem por objetivo a cooperação técnica e administrativa do **TJCE e da ALECE**, a fim de promover a capacitação de apenadas, bem como de mulheres e/ou companheiras de apenados, com o objetivo de contribuir no resgate da autoestima, fortalecendo o desenvolvimento emocional para o retorno da vida em sociedade.

Cláusula Terceira – Das Competências e Obrigações

1. Competirá à ALECE;

- a) Promover cursos, palestras e oficinas a serem ofertadas às mulheres indicadas na Cláusula Primeira, cujos temas se abriguem no desenvolvimento da autoestima e da inteligência emocional (autoconhecimento, controle emocional, automotivação, reconhecimento de emoções e relações interpessoais);
- b) Disponibilizar a estrutura física de suas dependências para a realização das atividades;
- c) Colaborar com seus técnicos nas atividades de planejamento e execução das ações de interesse mútuo das partes interessadas;
- d) Incluir as participantes das ações do presente Termo de Cooperação Técnica como beneficiárias dos serviços prestados à comunidade nas áreas da saúde, de proteção ao consumidor e ao cidadão.

2. Competirá ao TJCE:

- a) Realizar a triagem e seleção das participantes dos cursos, efetuando a avaliação psicossocial das encaminhadas, observada a exclusividade de participantes do sexo feminino;
- b) Aplicação de sanções disciplinares cabíveis, quando das infrações cometidas, procedendo o desligamento da reeducanda, se necessário;
- c) Gerenciamento do processo pelos juízes titulares das Varas de Execução Penal, com o auxílio de equipe multidisciplinar;
- d) Promover a remição da pena privativa de liberdade, nos termo da Lei de Execução Penal;
- e) Acompanhamento das encaminhadas, pelo Núcleo de Apoio Psicossocial da Varas de Execução Penal, que apresentará relatórios consubstanciados a respeito do andamento do projeto;
- f) Observar a capacidade máxima de 30 (trinta) e a mínima de 10 (dez) participantes em cada curso.

Cláusula Quarta – Da Operacionalização

As partes designarão seus representantes e respectivos substitutos, que terão, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar a execução dos cursos de capacitação;
- b) Dirimir as questões surgidas durante a execução das ações do presente;



c) Exercício de outras atividades necessárias à execução das ações.

§ 1º. As partes assegurarão uma à outra todas as facilidades e elementos necessários ao pleno acompanhamento e execução dos trabalhos ajustados.

§ 2º. Cada parte será responsável pelos servidores indicados para a consecução dos objetivos deste ajuste, permanecendo subordinados aos órgãos ao quais estejam vinculados.

Cláusula Quinta – Da Fiscalização e Acompanhamento

A execução deste instrumento será acompanhada e fiscalizada pelos juízes das Varas de Execuções Penais, com auxílio de equipe multidisciplinar do TJCE, e pela Administração da ALECE, sob supervisão da Diretoria do Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense – MMLC.

Cláusula Sexta – Dos Recursos

A execução do presente não implicará nenhum aporte de recursos de um ente ao outro, não gerando quaisquer efeitos financeiros.

Cláusula Sétima – Da Vigência

O presente terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 30 de junho de 2021, permitida sua prorrogação, por acordo entre as partes.

Cláusula Oitava – Da Rescisão

A rescisão do presente Termo de se operará de pleno direito:

- a) Pela inadimplência de uma das partes;
- b) Pela superveniência de qualquer norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou praticamente inexecutável;
- c) Em qualquer tempo, por mútuo acordo das partes ou por iniciativa de qualquer uma delas, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias.

Cláusula Nona – Da Publicidade

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ e a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ se comprometem a, nos termos da lei, fazer publicar o inteiro teor ou o extrato do presente, no respectivo Diário Oficial.

Cláusula Décima – Do Foro



Fica eleito o foro da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas porventura resultantes do presente Termo.

E, assim, por estarem acordes, lavrou-se o presente instrumento em três (3) vias, de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza/CE, 03 de julho de 2019.

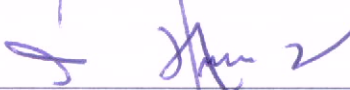


WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

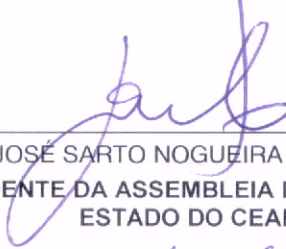


LUIZ BESSA NETO
JUIZ DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL

LUCIANA TEIXEIRA DE SOUZA
JUÍZA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL



CÉZAR BELMINO BARBOSA EVANGELISTA JUNIOR
JUIZ DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL



JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO CEARÁ



MEIRE COSTA LIMA
PRESIDENTE DO MOVIMENTO DAS MULHERES DO LEGISLATIVO CEARENSE

TESTEMUNHAS:

